

QUINE E DAVIDSON: ESTIMULAÇÃO DISTAL OU PROXIMAL?

Araceli Velloso (UFG)

ar.velloso@uol.com.br

Resumo: Nesse artigo pretendo desenvolver um ponto bastante central de uma famosa discordância entre Quine e Davidson, uma disputa conhecida na literatura como “a questão proximal x distal”. Em poucas palavras, enquanto Quine adota uma posição proximal, segundo a qual devemos localizar o conteúdo empírico das sentenças de observação já nas terminações neuronais dos falantes, Davidson prefere uma localização distal para esse conteúdo, pressupondo assim a existência de objetos no mundo. Essa discussão é de suma relevância para a compreensão do debate em torno do “terceiro dogma do empirismo”, proposto por Davidson e recusado por Quine, bem como para a compreensão da posição semântica de Quine como um todo.

Palavras-chave: Quine, Davidson, sentenças de observação.

I INTRODUÇÃO

A discussão da qual trataremos nesse artigo diz respeito a uma questão bem específica: o ponto onde deveríamos localizar o significado estimulativo de uma sentença de ocasião observacional. Assim, enquanto Quine quer localizar esse significado estimulativo (que mais tarde ele passa a chamar de irrritação das terminações neuronais) na porção intermediária da cadeia causal mundo-falante, onde os receptores sensoriais são ativados (“próxima ao sujeito”, portanto), Davidson prefere uma teoria distal do significado, ou seja, o significado do

proferimento deve ser localizado na extremidade distal dessa cadeia, no corpo ou evento relatado, enfim, nos “objetos” do mundo.

A discussão proximal x distal, apesar de bem específica, é de especial relevância na discussão travada entre esses dois importantes filósofos. O seu interesse se deve ao fato de que ela nos remete a um dos pontos centrais das discordâncias entre Quine e Davidson, qual seja: a possibilidade de se encontrar um conteúdo empírico teoricamente neutro (não contaminado, ou não interpretado) que seja um critério suficiente para determinar a intersubjetividade das sentenças de observação.

Um resultado como esse seria de suma importância, pois, além de viabilizar o holismo “moderado” de Quine como uma teoria semântica, resolveria também o problema da incomensurabilidade entre teorias empiricamente compatíveis, viabilizando, portanto, o seu holismo epistemológico¹. Assim, enquanto Davidson considera a solução de se buscar um conteúdo empírico teoricamente neutro como sendo “o terceiro dogma do empirismo” (DAVIDSON, 1984, p. 198), uma tese a ser simplesmente descartada, Quine acredita ser essa a única maneira de fundamentar a prática científica sem incorrer no problema do relativismo epistemológico e, quiçá, viabilizar uma teoria semântica em termos de condições de verdade.

Com o objetivo de esclarecer até que ponto Quine e Davidson discordavam, bem como as implicações dessa discordância, argumentarei, contrariamente às opiniões de pesquisadores próximos a Quine², que o filósofo continuou considerando, até o final de sua obra, a porção proximal da cadeia causal falante-mundo como o ponto mais adequado para localizar o significado estimulativo das sentenças de observação. Tentarei mostrar que essa “teimosia” teria tido uma razão muito importante, porém desconsiderada por Davidson: deixar em aberto a possibilidade de estimular o nativo com situações contra-factuais sem que tal procedimento envolvesse compromissos ontológicos. Ou seja, o objetivo de Quine era o

de encontrar um conteúdo empírico neutro que pudesse viabilizar uma teoria epistemológica, evitando, dessa maneira, o problema do relativismo conceitual.

Assim, podemos perceber no decorrer da obra de Quine que o filósofo busca um modo de viabilizar a possibilidade de se falar em um grupo de sentenças que tivesse o seu significado determinado de modo independente de uma teoria qualquer (um conteúdo empírico, ou significado, próprio e neutro teoricamente). O significado de cada uma das sentenças desse grupo dependeria apenas das suas condições de verdade imediatas. Segundo Quine, ao menos no início de sua obra filosófica, as sentenças que desempenhariam essa função seriam as sentenças de observação. Tais sentenças especiais possuiriam, sim, um conteúdo empírico neutro, que poderia ser considerado o seu significado desde um ponto de vista trans-lingüístico (QUINE, 1986, p. 427). Quine adverte, ainda assim, que tal propriedade só lhes poderia ser atribuída caso fossem consideradas *holofrasticamente*³.

Com o objetivo de sustentar essa posição, no entanto, Quine é forçado a formular um critério empírico que determine quando o significado estimulativo de uma sentença de ocasião se deveria exclusivamente à estimulação presente. Ou, em outras palavras, quando uma sentença de ocasião poderia ser considerada puramente observacional (não contaminada teoricamente) e, portanto, quando o seu significado estimulativo se aproximaria do que normalmente entendemos por seu “significado semântico”. Seria esse “significado”, neutro teoricamente, que faria a ponte entre teorias ditas incomensuráveis, possibilitando assim alguma “comensurabilidade” entre elas.

O critério de observacionalidade exigido pela posição de Quine não poderia, é claro, pressupor nenhum conhecimento semântico prévio, nem apelar a uma ontologia compartilhada, como sugere Davidson, sob pena de voltar a ser “contaminado empiricamente”. Assim, o filósofo mais velho investiga várias opções, examinando e descartando cada uma delas para, final-

mente, concluir que a única solução disponível para viabilizar as sentenças de observação seria apelar para um critério inatista e darwiniano.

Iniciaremos nossa discussão usando como fio condutor uma exposição cronológica e resumida dos diferentes critérios apresentados por Quine para a determinação do grau de observacionalidade de uma sentença de ocasião. Apesar de discordarmos da solução final do filósofo americano⁴, acreditamos ser importante examinar essas outras soluções, buscando encontrar subsídios que viabilizem futuramente não uma teoria do *significado*, mas uma teoria de cunho *externalista* para a *discordância* semântica.

II A DISCUSSÃO HISTÓRICA

1. A PRIMEIRA DEFINIÇÃO, EM FUNÇÃO DO GRAU DE “OBSERVACIONALIDADE”

A primeira tentativa de formular um critério que determinasse o grau de observacionalidade de uma sentença de observação foi feita por Quine em 1960, em *W&O*. No segundo capítulo desse livro, intitulado “Tradução e Significado”, Quine nos apresenta a sua noção de “sentença de observação”:

As sentenças de ocasião cujos significados estimulativos não variam nada sob a influência de informações colaterais podem ser chamadas de *sentenças de observação*. (...) em termos observacionais, quanto mais o significado estimulativo de uma sentença de ocasião coincidir para falantes diferentes, mais ela poderá ser considerada observacional. (QUINE, 1960, p. 42)

Segundo essa definição, o grau de observacionalidade de uma sentença de ocasião seria determinado pelo grau de coincidência dos seus significados estimulativos para falantes diferentes da mesma comunidade. Nela aparecem, além disso, duas noções, introduzidas por Quine no início do segundo

capítulo, imprescindíveis para a compreensão daquilo que o filósofo entende por “sentenças de observação”: as noções de “significado estimulativo” e de “sentença de ocasião”. Discutiremos em primeiro lugar essas noções para, em seguida, investigar em detalhes o critério de observacionalidade que aparece nessa primeira definição.

A primeira delas, a noção de “significado estimulativo”, é apresentada por Quine como o único instrumento disponível ao lingüista na sua tarefa de traduzir a língua do nativo em uma situação de tradução radical. O caráter exclusivo da noção de “significado estimulativo” se deveria ao próprio radicalismo da situação - como nenhum dos dois teria qualquer instrumental, prévio a esse primeiro contato, para compreender a língua do outro, a única maneira de estabelecer o que esse outro falante quereria dizer com as suas sentenças seria observando o seu comportamento frente ao meio ambiente. A sugestão de Quine nessas circunstâncias é a de que se procure fazer uma correlação entre a reação do falante diante de um proferimento e as estimulações que esse tenha sofrido provindas da situação compartilhada. Segundo Quine, a reação do falante nos daria uma pista de como conectar o proferimento de uma sentença a alguma estimulação que estivesse presente na ocasião.

Resumindo a situação de tradução radical, teríamos apenas os seguintes dois elementos: os proferimentos dos nativos e certos eventos no mundo. Ao notar um proferimento e observar um evento qualquer, o lingüista poderia então, tentativamente, correlacionar outros eventos semelhantes a outros proferimentos semelhantes do nativo. Para testar a sua hipótese, o lingüista deveria procurar emitir novamente aquele proferimento diante de novas ocorrências do evento. Nessa fase, o lingüista teria de interpretar os sinais comportamentais observáveis do nativo como aprovação ou assentimento, ou como reprovação ou dissentimento. Quine sugere que tomemos as atitudes mais “serenas” do nativo como aprovação e aquelas que forem mais “agitadas” como reprovação. Desse modo teri-

amos estabelecido, ainda que provisoriamente, a tradução de um “sim” e de um “não” para a língua nativa⁵.

A partir desses *desiderata* gerais, Quine nos apresenta uma primeira versão preliminar da noção de “significado estimulativo” de uma sentença.

Podemos começar definindo o significado estimulativo afirmativo de uma sentença (...), para um dado falante, como a classe de todas as estimulações (...) que *poderiam* induzir seu assentimento. (...) Podemos definir o significado estimulativo negativo de maneira semelhante com ‘assentir’ e ‘dissentir’ intercambiados, e então definir o significado estimulativo como o par ordenado daqueles dois. (QUINE, 1960, p. 32, grifo meu)

Essa primeira definição de “significado estimulativo” (podemos chamar de SE_1) ainda é provisória e sofre alguns refinamentos posteriores ao longo do texto. Para tornar a sua definição mais precisa, Quine inclui também especificações a respeito de um outro fator que poderia influenciar o “significado estimulativo”: a duração máxima admitida para uma determinada estimulação, ou seja, o módulo da estimulação.

A primeira razão para considerarmos o módulo da estimulação como um fator importante é que, ao aumentarmos o módulo, poderíamos incluir no significado estimulativo alguns novos padrões que haviam sido deixados de lado por serem muito longos (como nos casos extremos das sentenças “É verão” ou “É inverno”, por exemplo). A segunda razão seria distinguir, dentre as informações usadas pelo nativo para responder, aquelas que se devam à estimulação presente daquelas que se devam a informações colaterais. Aquelas que estivessem fora do módulo, ou seja, se encontrassem no “passado”, se deveriam a informações colaterais, enquanto que tudo o que estivesse dentro do módulo seria decorrente da estimulação presente e, portanto, poderia ser chamado de “significado estimulativo”.

Após o acréscimo dessa variável, Quine passa a admitir mudanças no “significado estimulativo” (passar de assentimen-

to para dissentimento) em função de variações no módulo da estimulação. A nova definição de significado estimulativo ficaria sendo:

SE₂: o par ordenado composto pelas estimulações de módulo de duração *n* segundos que *poderiam* causar o assentimento do falante (e por aquelas que *poderiam* causar o seu dissentimento) diante do proferimento de uma sentença qualquer. (QUINE, 1960, p. 33)

No decorrer da sua discussão, no entanto, Quine entende ser necessária mais uma modificação na definição de “significado estimulativo”. Assim, ao invés de falar no par ordenado composto pelas estimulações que levariam o nativo a assentir e por aquelas que o levariam a dissentir, o filósofo prefere falar na própria disposição do nativo para o assentimento ou dissentimento: “O significado estimulativo de uma sentença para um indivíduo sintetiza suas *disposições* para assentimento a, ou dissentimento de, uma sentença em resposta a estimulação presente” (QUINE, 1960, p. 33. grifo meu).

Dois elementos, presentes em todas as definições, porém mais explícitos nessa última (vamos chamar de SE₃), são fundamentais para a compreensão dos objetivos de Quine com o seu experimento radical: o emprego da expressão modal, “*poderiam*”, em SE₁ e SE₂, e o recurso à noção de “disposições”, em SE₃. Esses dois elementos foram propostos por Quine com o intuito de investigar se seria possível capturar, com uma noção de significado diferente da de “significado extensional”, a noção mais “forte”, investigada por CARNAP em seu artigo “*Meaning and necessity in natural languages*” (1956, p. 237), de “intensão *pragmática*” (QUINE, 1960, p. 35). Com efeito, a noção de “intensão pragmática” de Carnap envolveria não só os casos atuais (que se prestam a uma comparação extensional), mas também todos os casos possíveis. O grande mérito da noção de “intensão pragmática” de Carnap seria, portanto, oferecer uma solução para problemas semânticos como, por exemplo,

a determinação completa do significado de predicados do tipo “Criaturas com rins” e “Criaturas com coração”, em função de critérios puramente empíricos. Esse seria também, portanto, o objetivo de Quine com a noção de “disposição”.

Retomando a nossa discussão, podemos notar na primeira definição de sentença de observação que, além da noção de “significado estimulativo”, Quine introduz uma outra noção muito importante na compreensão do que seriam as sentenças de observação: a noção de “sentenças de ocasião”. Em contraste com as sentenças “permanentes”, as sentenças de ocasião seriam aquelas que só provocassem o assentimento ou dissentimento do falante caso esse se encontrasse na presença de uma estimulação apropriada. Assim, para essas sentenças, poderíamos alterar o veredicto do falante, modificando a estimulação indutora⁶. Nessa categoria, estariam incluídas todas as sentenças sem datação “completa”, bem como aquelas que contivessem pronomes e outras expressões dêiticas (como por exemplo: “eu fui à feira”, “ele está correndo” e “isso é vermelho”).

As sentenças dadas como exemplos de sentenças de ocasião por Quine são exatamente aquelas que eram normalmente consideradas por lógicos e filósofos como tendo um sentido “incompleto”. Segundo essa visão mais comum, isso aconteceria porque certos aspectos relevantes para o valor de verdade do proferimento não estariam completamente especificados na própria sentença. Por essa razão, de acordo com a maioria dos lógicos, sentenças como essas deveriam ser “expurgadas” de uma linguagem logicamente perfeita sob a alegação de serem “pseudo-proposições” (HINTIKKA, 1975, p. 64-65). Assim, trata-se de uma grande originalidade de Quine recusar o caráter supérfluo atribuído a essas sentenças e atribuir-lhes um papel fundamental na aquisição de linguagem. Com efeito, elas seriam, segundo o filósofo, a única “porta de entrada” de uma língua numa situação de tradução radical (QUINE, 1999, p. 110).

A partir dessas duas noções e da sua primeira definição de sentença de observação o filósofo começa a discutir até que ponto seria possível separar o papel desempenhado pelas informações colaterais - as crenças e teorias do nativo - do papel desempenhado pelas estimulações indutoras. Em outras palavras, o que Quine pretende basicamente é investigar se seria possível obter uma noção de observação e, portanto, de significado estimulativo, que fosse pura (não contaminada teoricamente). Como podemos concluir a partir da definição de Quine, as sentenças de observação seriam as melhores candidatas a portadoras desse significado estimulativo, pois teriam um grau mínimo de intrusão de informações colaterais e um grau máximo de estimulação indutora.

Para tentar estabelecer o grau de “observacionalidade” das sentenças de observação, Quine se propõe a observar a reação de diversos falantes aos mais diferentes proferimentos e às possíveis estimulações indutoras que lhes correspondessem. O filósofo constata que, enquanto o proferimento de algumas sentenças de ocasião, diante da presença de uma certa estimulação, provoca uma resposta quase imediata na maior parte dos falantes, outros proferimentos e estimulações provocam reações bem diferentes, como, por exemplo, uma hesitação entre assentimento e dissentimento, ou mesmo a ausência de reação. Baseado nessa constatação, Quine formula a sua primeira hipótese de trabalho: *a hesitação de um falante diante de uma certa estimulação se deveria a uma maior susceptibilidade daquela sentença à influência de informações colaterais.*

Um primeiro corolário extraído pelo filósofo dessa hipótese de trabalho é que o tempo de hesitação do falante deveria ser diretamente proporcional à quantidade de informações colaterais que ele possuísse, e inversamente proporcional à intensidade da estimulação indutora da qual fosse dependente. Ou seja, quanto maior for a demora do falante em assentir ou dissentir, maior terá sido, segundo essa primeira hipótese, a influência de informações colaterais no significado estimulativo de

uma sentença de ocasião e menor terá sido a sua dependência da estimulação presente. Quine sugere que possamos estabelecer até mesmo um critério quantitativo para avaliar o que ele chama de “grau de observacionalidade” de uma sentença de ocasião qualquer, i.e., o grau de dependência da estimulação presente. Para tanto, teríamos de medir o tempo que cada falante demorou para reagir à estimulação indutora, atribuindo assim um valor numérico ao grau de observacionalidade de uma sentença de ocasião. Esse valor seria calculado na seguinte proporção: quanto menor for o tempo de resposta do falante, maior será o grau de “observacionalidade” da sentença em questão. Assim, se aplicássemos esse critério ao famoso exemplo de Quine, “Gavagai”, teríamos como resultado um elevado valor de observacionalidade, pois qualquer nativo responderia rápida e afirmativamente diante do proferimento e da visão de coelhos na imediação.

Um dos primeiros a apontar problemas com o critério de observacionalidade de Quine, um critério eminentemente comunitarista, foi Davidson. Num famoso exemplo do *W&O*, Davidson sugere a possibilidade de que os coelhos estejam sempre acompanhados por moscas de asas longas e movimentos erráticos⁷. Essa informação seria difusa e homogênea em toda a comunidade de nativos, mascarando, para o lingüista, o significado estimulativo da sentença observacional “Gavagai”. Qualquer nativo que avistasse uma mosca com essa descrição poderia assentir prontamente a “Gavagai!”, mesmo na ausência de uma visão direta da “situação coelho” em questão. Em casos como esse, haveria constância e rapidez na resposta dos nativos, mas isso não seria resultado exclusivo de uma estimulação direta.

O exemplo dado por Davidson explicita a dificuldade que encontramos em distinguir significados estimulativos puramente observacionais daqueles que dependem de informações colaterais. No caso apresentado, apesar da resposta ao proferimento “Gavagai” ter um alto grau de constância de falante para falante e, portanto, ser uma excelente candidata a “sentença

observacional”, tal fato poderia não ser devido exclusivamente à estimulação imaginada. Nessa ocasião, no entanto, Quine parecia achar que, se as informações fossem homoganeamente difundidas pela comunidade, elas fariam parte da própria noção de “significado estimulativo” da sentença em questão.

Em 1974, em *The Roots of Reference*, Quine torna a frisar esse critério que poderíamos chamar de “comunitarista”⁸, considerando-o fundamental para a definição de sentenças de observação: “Uma sentença é observacional, à medida que o seu valor de verdade, em qualquer ocasião, for motivo de concordância para qualquer membro da comunidade de falantes que testemunhar a ocasião” (QUINE, 1974, p. 39).

Nessa ocasião, portanto, Quine continua dando muita ênfase ao aspecto comunitário dessas sentenças de ocasião especiais (ou seja, a maneira como todos os falantes concordam em proferi-las diante de uma certa estimulação) e justificando o seu caráter observacional prioritariamente através desse aspecto. Nesse mesmo ano, contudo, começam a aparecer alguns problemas com esse critério, como veremos a seguir.

2. O PROBLEMA DA HOMOLOGIA DOS RECEPTORES

A noção de “sentenças de observação” de Quine parece desafiar o seu criador com dificuldades constantes e inesperadas, desde a sua introdução em *W&O*. Ainda que o critério comunitarista parecesse uma solução viável para os diversos problemas enfrentados por essas sentenças de ocasião especiais, elas ainda continuam sendo alvo de inúmeras críticas. No final do parágrafo 10 de *The Roots of Reference*, Quine lista as críticas mais importantes feitas pela comunidade filosófica a elas. Segundo Quine, a maioria delas poderia ser respondida a contento pelo seu critério comunitarista; uma delas, porém, ofereceria maiores dificuldades.

A crítica em questão se refere ao “problema de como explicar a homologia dos receptores dos falantes”. Em breves

palavras, se tudo dependesse do bom funcionamento do critério comunitarista e se esse consistisse em concordância testemunhal, então, para concordarem entre si, essas testemunhas deveriam ter sofrido estimulações semelhantes. Mas, para garantirmos que isso tivesse realmente acontecido, seria necessário que pressupuséssemos uma isonomia das redes neuronais receptoras dos falantes, ou pelo menos uma homologia dessas redes.

A pressuposição pura e simples de que haveria uma homologia entre as redes neuronais dos falantes, adotada em *W&O*⁹, se mostrou insuficiente para lidar com as críticas de seus interlocutores. Assim, Quine foi levado a procurar um critério empírico que explicasse melhor essa homologia apesar da diversidade anatômica existente, mesmo entre membros da mesma espécie. O problema de Quine é que, sem a tese da homologia, ficaria difícil dizer que falantes diferentes sofreram *a mesma* estimulação e, portanto, atribuíram àquele proferimento *o mesmo* significado estimulativo: poderia ser o caso que cada um deles tivesse sofrido estimulações diferentes e tivesse atribuído significados estimulativos diferentes à mesma sentença, sem que pudéssemos determinar esse fato empiricamente. No trecho seguinte, Quine coloca claramente as suas dificuldades:

Parece vital que, ao correlacionarmos o comportamento verbal de um sujeito com o de outro, (...) sejamos capazes de equacionar as estimulações de um indivíduo com as do outro. Não obstante, como faremos isso? Se construirmos padrões de estimulação do meu modo, não poderemos equacioná-los sem supor uma homologia dos receptores; e isso é absurdo, não apenas porque uma homologia completa é implausível, mas também porque ela certamente não deveria ser importante. (...) Mas, se dependesse apenas dessas semelhanças, a linguagem poderia não ter se propagado. (QUINE, 1969, p. 159)

Preocupado com o problema da homologia dos receptores, Quine começa a modificar gradualmente o seu critério de observacionalidade. No texto “*On empirically equivalent systems*

of the world”, ele discute novamente algumas das objeções apontadas em *The Roots of Reference*, dando uma ênfase especial ao que ele chama de “tensão interna” da noção de “sentenças de observação”.

A noção (de “sentenças de observação”) está sujeita a uma curiosa tensão interna. A observação alimenta de dados sensórios a teoria da ciência, e as impressões dos sentidos são privadas. Contudo, as observações devem ser compartilhadas, se quisermos que elas provejam um solo comum no qual os cientistas possam resolver as suas divergências. (QUINE, 1975, p. 315)

Logo em seguida a esse comentário, Quine apresenta um novo critério de observacionalidade um pouco diferente daquele dado em *The Roots of Reference*:

O traço realmente distintivo de um termo e de uma sentença observacional *não deve ser buscado na concordância de testemunhos*, mas nos modos de aprendizagem. Expressões observacionais são expressões que podem ser apreendidas ostensivamente. (...) a manifestação comportamental da observacionalidade, então, a chamada concordância testemunhal, servirá apenas como um critério prático grosseiro. (QUINE, 1975, p. 316)

Como podemos observar nesse trecho, Quine começa a reconsiderar as suas definições anteriores e dar maior ênfase à relação direta com a estimulação, considerando essa relação como o traço mais importante desse tipo de sentença. O aspecto prioritário, portanto, não seria mais a concordância entre os falantes, mas o fato de que essas sentenças pudessem ser aprendidas por ostensão, i.e., pudessem estar conectadas de modo direto com alguma estimulação indutora.

Esse movimento de distanciamento em relação ao critério comunitarista atinge o seu auge em *Theory and Things*, publicado em 1981. Quine finalmente abandona completamente o seu critério comunitarista, enfatizando o segundo aspecto (a estimulação direta dos receptores dos falantes) em detrimento

do primeiro (a concordância da comunidade). Com essa mudança o filósofo prioriza enfaticamente, como sede do significado estimulativo, aquilo que acontece na porção *proximal* da relação entre *cada* falante e a estimulação sensória.

Uma sentença de observação é uma sentença de ocasião à qual um falante irá consistentemente assentir quando os seus receptores sensórios forem estimulados de um certo modo, e consistentemente dissentir quando forem estimulados de um outro modo. Se o proferimento indagativo da sentença provocar o assentimento do falante em uma determinada ocasião, ele provocará assentimento da mesma forma em qualquer outra ocasião na qual o mesmo conjunto de receptores for estimulado; (...) *Isso e apenas isso* é o que qualifica uma sentença qualquer como observacional para o falante em questão, e esse é o sentido no qual essas sentenças são as sentenças que estão mais diretamente associadas à estimulação sensória. (QUINE, 1981, p. 25, grifo meu)

Temos aqui Quine enfatizando a estimulação da porção proximal da cadeia falante-mundo de *cada* falante considerado individualmente e se distanciando do aspecto comunitário e intersubjetivo dessa estimulação, dando ênfase a um critério que ele chamará em *W&O* de “sinonímia intra-subjetiva”. Segundo o filósofo, há uma grande vantagem em usarmos, como critério, apenas a estimulação dos receptores de um único falante: se a mesma estimulação ocorrer novamente, ela causará naquele falante a mesma reação. Sendo assim, temos um critério que não estaria sujeito a interpretações fenomenalistas (dependentes da percepção), um critério que, nas palavras do próprio Quine, seria “naturalizado”. Teríamos também uma maneira de testar o falante experimentalmente, pois poderíamos irradiar a retina do falante sempre do mesmo modo, submetendo-o sucessivamente a uma estimulação e a sua ausência.

Uma outra grande vantagem que Quine pretende manter no seu novo critério é a de que também poderíamos estimular o falante com situações teste hipotéticas (não existentes no

mundo atual), o que não aconteceria se localizássemos a origem da estimulação no mundo externo. Nesse segundo caso, teríamos de resolver que parte do cenário teria provocado a resposta do falante e como irradiá-lo novamente com o mesmo padrão de estimulação.

Apesar disso, Davidson, um dos críticos mais acirrados à localização proximal, se opõe ao novo critério e insiste em que seria mais prudente e profícuo considerar, como origem do significado estimulativo, os próprios objetos no mundo, resolvendo assim definitivamente o problema da homologia dos receptores dos falantes: os mesmos objetos teriam provocado o assentimento ou dissentimento de diferentes falantes. Com efeito, Davidson vai mais além e argumenta que a insistência de Quine em manter a origem da cadeia causal nos receptores dos falantes seria em realidade um dogma remanescente do empirismo, um terceiro dogma a ser acrescentado aos outros dois outrora criticados por Quine. Esse dogma seria subjacente à tese dualista que advoga uma divisão do conhecimento em esquemas conceituais de um lado e um certo conteúdo empírico neutro do outro. O “mítico” conteúdo empírico neutro por sua vez serviria como um tribunal para a confirmação das nossas teorias. Davidson critica esse “terceiro dogma” dizendo que um dualismo desse tipo seria insustentável (DAVIDSON, 1984).

Na sua réplica às críticas de Davidson, Quine recoloca da seguinte maneira a sua ênfase na estimulação proximal dos receptores do falante:

O local adequado para se falar em experiência ou estimulação de receptores é como uma base, não para a verdade, mas para crenças justificadas. (...) o pretense terceiro dogma, compreendido agora não em relação à verdade, mas em relação à justificação de crenças, permanece intacto. (...) Nossas sentenças típicas são sobre corpos e substâncias, (...) no mundo externo. Normalmente elas não são sobre dados sensoriais, nem experiências, nem, certamente, sobre estimulações de receptores (irritações de superfície). Mas, algumas delas são provocadas por essas estimulações,

e outras estão relacionadas com as irritações de superfície de um modo menos direto e mais sutil. (QUINE, 1981, p. 39-40)

A preferência pela porção proximal do processo de estimulação do falante tem essa grande vantagem filosófica para Quine: o menor comprometimento ontológico. Segundo a sua definição de sentenças de observação, os objetos seriam postulados apenas como hipóteses que satisfariam aquele padrão de estimulação. Eles não seriam, contudo, impostos a nós como eventos conectados de modo causal às nossas sentenças. A abordagem proximal poderia ser uma maneira de resolver, portanto, a questão da neutralidade ontológica das sentenças observacionais.

3. A DIFICULDADE COM A NOÇÃO DE “DISPOSIÇÃO” E A SOLUÇÃO ENVOLVENDO A NOÇÃO DE “EMPATIA”.

As ressalvas de Quine, apesar de extensas e bem fundamentadas, não satisfazem a seus críticos. A reclamação principal é a de que os problemas enfrentados pela noção de “sentença de observação” ainda não estariam inteiramente resolvidos. O maior deles consistiria em justificar o caráter intersubjetivo dessas sentenças, apesar de as termos definido prioritariamente para um falante individual. Com efeito, os critérios apresentados por Quine parecem admitir uma série de sentenças que, apesar de serem “observacionais” para cada um dos falantes, não receberiam um tratamento homogêneo por parte da comunidade como um todo. Lars Bergström, um desses críticos insatisfeitos com as modificações introduzidas por Quine, se junta às vozes dissonantes e menciona essa objeção:

Uma sentença poderia ser observacional para cada um dos falantes de uma comunidade mesmo que os falantes discordassem a respeito do seu valor de verdade em várias ocasiões. Por exemplo, algumas pessoas poderiam assentir a “está frio” ou a “isso é um coelho” em ocasiões nas quais outras pessoas dissentiriam

dessas mesmas sentenças. (As pessoas não são igualmente sensíveis ao frio, e muitos de nós poderíamos facilmente confundir uma lebre com um coelho). (BERGSTRÖM, 1990, p. 39)

Com efeito, os exemplos dados por Bergström mostram que as mudanças ocorridas nos critérios de observabilidade apresentados por Quine, apesar de causarem reações consistentes de assentimento e dissentimento em cada falante individualmente e mesmo sendo aprendidas por ostensão, não poderiam garantir a concordância da comunidade. Sem essa concordância, no entanto, não poderíamos considerar o significado estimulativo estabelecido para *aquele* falante como sendo o significado estimulativo daquela sentença para toda a comunidade.

Nesse mesmo trecho do *Pursuit of Truth*, Quine aceita as críticas de Bergström e concorda em que a diferença orgânica entre os receptores dos diferentes falantes não é a única dificuldade com a sua primeira definição de 1960-74, como ele estava disposto a acreditar antes. A segunda dificuldade, apontada por Bergström, não pode ser resolvida pela definição de 1981, pois, mesmo que pressupuséssemos uma homologia funcional de suas redes neurais, falantes diferentes poderiam ter disposições diferentes para responderem a certos estímulos. Assim, como acontece no exemplo de Bergström, uma sentença poderia ser observacional para cada um dos diversos falantes de uma comunidade (a sentença 'Está frio', por exemplo) sem que eles concordassem em assentir que esteja frio nas mesmas condições climáticas.

Quine cita uma discussão extensa sobre esse tema feita numa conferência em Stanford, em 1986. Nela estavam presentes, além de Davidson, Burton Dreben e Daafinn Føllesdal. Nessa ocasião, Davidson e Føllesdal teriam sugerido novamente, como solução para esse problema, que, no lugar das estimulações de terminações neuroreceptoras, fizéssemos referência apenas a objetos físicos e a eventos no mundo, pois

esses últimos seriam comuns a todos os falantes. Quine, no entanto, insiste em manter a origem do significado estimulativo na porção proximal da cadeia falante-mundo.

A razão da insistência de Quine permanece a mesma: o seu projeto de naturalização tem um interesse primariamente epistemológico, o de compreender como funciona a entrada de dados através dos nossos sentidos e como eles são incorporados aos enunciados da ciência. Quine alega que a sua escolha de uma abordagem naturalista e a sua opção por fazer referência à estimulação das terminações neuroreceptoras não o impede de se referir também a objetos físicos; muito pelo contrário, em sua abordagem, os objetos consistiriam em diferentes conjuntos de postulados que se adequariam àquela mesma estimulação. O filósofo se diz simplesmente descrente de que a referência a objetos possa ser livre de uma indeterminação insuperável.

Com o objetivo de ser fiel aos seus pressupostos, Quine faz uma nova sugestão no sentido de tentar explicar o aspecto intersubjetivo das sentenças de observação. Essa nova sugestão de Quine implica abandonar qualquer tentativa de encontrar critérios de identidade entre estimulações e recorrer a aspectos externos do processo de comunicação. O princípio básico que sustentaria essa nova tese é o de que, para haver comunicação bem sucedida, precisaríamos de uma certa empatia entre os falantes. Assim, Quine refaz a definição de sentenças de observação, dada no início do *Pursuit of Truth*, acrescentando a ela o que seria necessário para suprir a lacuna apontada por Bergström:

... conservarei a minha definição de sentença de observação de 1981 para um único falante, e definirei uma sentença como sendo observacional para um grupo quando ela for observacional para cada um dos seus membros e quando pudermos dizer que todos eles iriam concordar quanto ao seu assentimento, ou dissentimento, ao testemunhar a ocasião de proferimento. Decidimos o que contaria como “testemunhar a ocasião”, como

no caso da tradução, nos projetando na posição da testemunha.
(QUINE, 1992, p. 43)

Assim, embora a rede neural de cada falante seja privada, permitindo todas as idiossincrasias e peculiaridades que pudermos imaginar, haveria uma maneira de ancorar o processo comunicacional a um nível intersubjetivo. Para tanto, seria suficiente que intérprete e falante pudessem se colocar um na posição do outro frente a uma certa estimulação, tornando-se capazes de responder com assentimento e dissentimento de modo similar. Esse tipo de esforço comunicacional seria uma espécie de pré-condição para o estabelecimento de qualquer língua. Em última análise, o que restaria de comum aos falantes de uma mesma língua seria a sua capacidade de se colocar no lugar do outro e imaginar como ele teria reagido a uma certa estimulação, uma vez que cada um seria livre para internalizar os significados estimulativos da sua maneira peculiar, dada a sua condição biológica (QUINE, 1992, p. 44).

4. A QUARTA DEFINIÇÃO E A NOÇÃO DE “SIMILARIDADE PERCEPTUAL”

O problema de como explicar a aparente homologia dos receptores dos falantes de uma comunidade, no entanto, não parece ter sido resolvido a contento de Quine, pois o filósofo continua se debatendo com essa questão até que, em *From Stimulus to Science*, ele apresenta uma nova solução, de cunho fortemente inatista. O novo candidato sugerido por Quine tem algo de extravagante. Ele sugere que recuperemos parte do projeto fenomenalista do *Aufbau* de Carnap, mais especificamente, as noções de “similaridade perceptual”, “similaridade receptiva” e “estímulo global”, e com elas formulemos uma nova tese, a qual ele chama de “tese da harmonia pré-estabelecida dos padrões de similaridade perceptual”.

A nova tese proposta por Quine ficaria no lugar da anterior, mais fraca, que havia sido pressuposta no *W&O* (QUI-

NE, 1993, p. 74), de que haveria uma certa homologia nas redes neuronais receptoras dos falantes. A solução final de Quine envolve, com efeito, o abandono da suposição de que uma estimulação poderia ser isolada com unicidade, mesmo ao nível dos neurônios receptores, e a subscrição de uma tese gestaltiana e holista, agora ao nível neurofisiológico e não perceptual. Segundo essa nova visão, as irradiações que incidem nas terminações neuronais receptoras atingem coleções muito vastas de neurônios, sendo que, para termos o que chamamos grosseiramente de “estimulação”, faz-se necessário que alguns neurônios sejam excitados e outros não. Quine chama a esse processo intrincado de “*global stimulus*” (ou “estímulo global”).

Apesar de optar por uma versão moderna e holista do fenomenalismo de Carnap (QUINE, 1995, p. 16), Quine não segue à risca o projeto original. Ele insiste em fazer uma distinção, fundamental no seu entender, entre o que *percebemos* e aquilo que *recebemos* sob a forma de estímulos, ou seja, a contraparte fisicalista da percepção. Assim, ao comparar dois eventos perceptuais, poderíamos comparar dois *estímulos globais* em função de suas similaridades *perceptuais* (como fenômenos), ou em função de suas similaridades *receptivas* (como objetos físicos).

Segundo Quine, as similaridades receptivas seriam mais diretas e óbvias: simplesmente o mesmo padrão de estimulação de uma certa coleção de neurônios. Já as similaridades perceptuais seriam concernentes à reação do falante, ou seja, ao efeito causado nele pela estimulação. Assim, dois estímulos globais *receptivamente* similares seriam muito provavelmente similares *perceptualmente*, mas dois estímulos globais dissimilares *receptivamente* ainda poderiam ser similares *perceptualmente*, caso essa diferença envolvesse neurônios cuja estimulação fosse ineficiente para o resultado final.

O próximo passo de Quine é estabelecer parâmetros comportamentais de testabilidade para dois estímulos globais *perceptualmente* similares. Esses parâmetros seriam obtidos pela observação da reação de um falante frente a certos estímulos

globais *receptivamente* diferentes seguidos, respectivamente, de compensação e punição. Se repetíssemos uma terceira vez a estimulação, escolhendo nessa oportunidade um grupo intermediário de neurônios, saberíamos pela reação do falante se ele havia considerado o terceiro estímulo como sendo semelhante àquele em seguida ao qual ele fora recompensado (caso ele responda afirmativamente), ou àquele em seguida ao qual ele fora punido (caso ele responda negativamente). Finalmente, Quine propõe que considerássemos como “*salientes*” os receptores que fossem estimulados durante duas estimulações globais diferentes *receptivamente*, mas semelhantes *perceptualmente*. A hipótese extraída por Quine de todos esses testes é a de que dois estímulos globais seriam *perceptualmente* similares quando compartilhassem receptores *salientes*.

A noção de “saliência” não é a única a servir como critério para relacionar dois estímulos globais perceptualmente similares, mas *receptivamente* diferentes. Uma outra hipótese para explicar essa relação é a de que haveria uma propensão dos seres humanos para considerar diferentes perspectivas como referentes à percepção de um mesmo objeto. Essa expectativa perceptual, por sua vez, teria sido desenvolvida pela raça humana, segundo Quine, através da seleção natural. Ela seria uma *disposição* do indivíduo para considerar como similares certos estímulos globais distintos.

O próprio Quine se dá conta, no entanto, que há uma certa circularidade nessas duas hipóteses explicativas, uma vez que, de posse da tese da *disposição* para perceber semelhanças, poderíamos, inversamente, explicar a noção mesma de “*saliência*” como sendo uma *disposição* para reconhecer como semelhantes certos estímulos globais *receptivamente* diferentes.

A segunda explicação envolve, de fato, uma noção ainda mais controversa: a noção de “*disposição*”. Desde *W&O*, Quine já havia comentado as suas reservas a uma concepção mais ampla dessa noção (Cf. QUINE, 1960, §46), uma que envolvesse de modo irrestrito a noção de “possibilidade”. No *The Roots of*

Reference a noção de “disposição” é definida por Quine como sendo uma propriedade física, um estado ou mecanismo dos organismos (Cf. QUINE, 1974, p. 10). A origem dessa propriedade orgânica, a “disposição”, por sua vez, não poderia ser apenas o aprendizado, pois o próprio processo de aprendizado dependeria, em alguma medida, da capacidade de encontrar similaridades perceptuais. Segundo Quine, ao menos uma parte dessa habilidade teria de ser inata, embora pudéssemos aceitar a tese de que os nossos padrões de similaridade perceptuais se modificassem rapidamente em função da experiência e do aprendizado.

A sobrevivência dos indivíduos da espécie seria a recompensa final daqueles que conseguissem estabelecer com mais precisão uma relação de similaridade (*perceptual*) entre estímulos globais diferentes. Ou seja, o mesmo mecanismo de seleção natural que havia incutido em um indivíduo a sua capacidade de estabelecer uma similaridade *perceptual* entre estímulos globais *receptivamente* distintos também seria responsável pelo desenvolvimento dessa capacidade em todos os indivíduos de uma comunidade que tivessem ancestrais comuns expostos ao mesmo ambiente. Essa seria a tese da harmonia pré-estabelecida.

A tese que acabamos de apresentar serviria, em seguida, como base de sustentação para o caráter social (ou intersubjetivo) das “sentença de observação” na sua mais nova versão. A novidade dessa nova versão é a noção de “disposição para concordar”. Essa nova noção estaria baseada, em última análise, na tese da harmonia evolutiva pré-estabelecida, como escreve Quine no seguinte trecho:

Dentro do indivíduo, a sentença de observação está ligada a uma classe de estímulos globais suficientemente similares perceptualmente, do mesmo modo como acontece com o “chamado dos pássaros” e o “grito dos macacos”. É graças à harmonia pré-estabelecida, novamente, que elas se qualificam como sentenças de observação para toda a comunidade. (QUINE, 1995, p. 22)

Uma mudança importante nessa última definição é que as sentenças de observação estariam ligadas a uma classe de estímulos globais perceptualmente similares. Segundo Quine, no entanto, essa classe só poderia ser definida através de procedimentos puramente comportamentais, se recorrêssemos a uma das duas explicações apresentadas anteriormente.

Resumindo, apesar de recorrer à noção de “saliência de estímulos globais” (uma noção que seria puramente mecânica), como uma possível maneira de relacionar as estimulações e estabelecer semelhanças entre elas, Quine apela também a uma outra hipótese de forte caráter inatista: a tese da harmonia pré-estabelecida. Essa tese, caudatária do evolucionismo darwiniano, parece entrar no cenário apenas para dar garantias de que as sentenças de observação seriam descomprometidas com informações colaterais, ou seja, com a teoria adotada – seriam, enfim, neutras teoricamente. Veremos algumas críticas à solução de Quine na seção seguinte.

III ONDE DISCORDAMOS?

No artigo “*Where do we disagree?*”, escrito por Quine e publicado em 1999, o filósofo mais velho levanta alguns pontos da divergência entre suas posições filosóficas e as de Davidson. O ponto central dessa discussão relaciona-se ao problema do qual viemos tratando, a saber: o de como encontrar um conteúdo empírico neutro teoricamente que funcione como “o significado” das sentenças de observação para cada indivíduo e que seja também o mesmo para toda a comunidade.

Nesse artigo, Quine sugere que Davidson teria sido levado a um mal-entendido, provavelmente causado pela expressão “significado estimulativo”. O filósofo mais velho alega que teria abandonado essa expressão, passando a se referir somente à fricção das extremidades neuroreceptoras. Quine concorda com Davidson em que as sentenças de observação têm de ser a respeito do mundo externo, a extremidade distal da cadeia cau-

sal. Ele também está de acordo com Davidson quanto à interpretação de que, quando o tradutor tenta compatibilizar a sua língua com a do nativo, ele esteja preocupado com a referência distal e não com as suas próprias extremidades neurorreceptoras, ou as do nativo. No entanto, Quine alega, mais uma vez, que a sua preocupação não é tanto com o aspecto semântico, quanto com o aspecto epistemológico dessa relação. Assim, segundo Quine, sua preocupação principal seria com a razão pela qual a estimulação indutora se associaria a certos proferimentos e não a outros. Através da descrição do funcionamento das estimulações ao nível das extremidades neurorreceptoras, poderíamos encontrar uma maneira de testar as condições de proferimento e de assertabilidade do outro falante de modo neutro teoricamente.

Em seguida ao artigo de Quine, Davidson apresenta a sua réplica. Para Davidson, ao tentar manter o foco nas estimulações sofridas por um indivíduo, Quine continuaria incorrendo no erro de manter uma separação entre esquemas conceituais, de um lado, e conteúdo empírico neutro, do outro, o que ele chama de “terceiro dogma do empirismo”. O filósofo mais novo se diz consciente da publicação mais recente de Quine, *From Stimulus to Science*, na qual são expostas as teses da harmonia evolutiva pré-estabelecida e da similaridade perceptual. Segundo ele, no entanto, a nova noção de “similaridade perceptual”, proposta por Quine nesse seu último livro, longe de resolver o problema, seria, com efeito, mais um exemplo em favor das suas críticas. Davidson cita, em seu apoio, um curto trecho desse livro no qual Quine teria dito que a noção de “similaridade perceptual” seria, segundo a citação de Davidson: “o correlato físico da ... experiência sensória” (QUINE, 1993, p. 83).

De acordo com Davidson, ao considerar a “experiência sensória” como um correlato físico da noção de “similaridade perceptual”, Quine estaria incorrendo novamente nos erros do empirismo tradicional (DAVIDSON, 1974). Para tentar es-

clarecer esse ponto, transcreveremos aqui o trecho completo mencionado por Davidson em apoio à sua crítica.

O insumo ('input') é processado pelo cérebro, mas o que distingue um insumo puro de outro é apenas quais receptores são estimulados e em qual ordem. Eis aqui um *correlato físico* apropriado da *experiência sensória* global em um momento. Eu o chamo de *estímulo global*. (QUINE, 1995, p. 17, grifo meu).

Com efeito, após a leitura do trecho inteiro, fica bastante claro que o que Quine está chamando de correlato físico da experiência sensória é o *estímulo global*, que é considerado como um conjunto ordenado de receptores. Os estímulos globais seriam insumos ("*inputs*") puros que mais tarde seriam processados pelo cérebro, ou seja, eles implicariam na fricção pura e simples dos neurônios receptores, e não num procedimento que envolvesse a noção de "similaridade perceptual", uma etapa na qual já teria ocorrido interpretação por parte do falante e, portanto, uma noção já "contaminada" teoricamente.

Segundo Quine, a noção de "*estímulos globais*" seria correlata da noção de "experiências elementares" proposta anteriormente por Carnap. Mais adiante, Quine estabelece também qual seria o correlato físico das chamadas relações *R* entre duas experiências elementares, também propostas por Carnap (duas experiências elementares se relacionam porque uma parte de uma lembra uma parte da outra): "O meu correlato físico, nesse caso, é *similaridade perceptual*, vista como uma relação entre estímulos globais" (QUINE, 1995, p. 17).

Quine enfatiza, no entanto, que essa relação entre dois *estímulos globais* já estaria sendo considerada no seu aspecto perceptual, o que seria muito diferente de considerá-la sob o ponto de vista das semelhanças físicas ou receptivas. O filósofo segue com a sua explicação do que seria a similaridade perceptual: "A similaridade perceptual, por outro lado, é antes uma questão do efeito causado no sujeito: uma questão de reação" (QUINE, 1995, p. 17).

Como pudemos observar, Quine concebe a noção de “similaridade perceptual” como uma reação do falante. Segundo o filósofo, é o falante que passa a compreender duas estimulações receptivamente muito distintas como perceptualmente semelhantes. Assim, a “similaridade perceptual” seria uma relação, estabelecida pelo próprio indivíduo, entre dois *estímulos globais*. Ela seria também uma reação apreendida ou herdada de nossos ancestrais que tinham de sobreviver a um meio ambiente hostil. Seria ela, portanto, que daria conta do caráter social (ou intersubjetivo) das frases de observação.

Quine termina a sua discussão com Davidson escrevendo que o único momento no qual podemos encontrar um candidato a conteúdo empírico neutro para as sentenças de observação seria na porção intermediária da relação causal entre mundo e falante, ou seja, no estímulo global dos receptores.

... as estruturas neurais e atividades pertinentes dentro do organismo engendram a desunião e a heterogenia, tanto quanto o fazem os eventos presentes no meio ambiente do organismo. É apenas ao nível dos receptores de superfície que a grande malha ou rede de cadeias causais múltiplas e descontroladas que vão do meio ambiente até o comportamento admitem um corte transversal puro. (QUINE, 1999, p. 115)

Em resumo, quaisquer que sejam as nossas objeções à solução sugerida por Quine para o problema da homologia dos receptores, temos de levar em consideração que, para o filósofo, haveria uma enorme diferença entre escolher um candidato para servir como justificação de nossas crenças (no sentido de poder descartá-las quando fossem falsas) e um candidato à base empírica para reconstruir a linguagem. Com relação ao último quesito, nos parece que poderíamos dizer que tanto Quine quanto Davidson concordam com a impossibilidade de se derivar uma única linguagem correta a partir da experiência. Contudo em relação ao primeiro, Quine parece estar mais consciente do que Davidson das dificuldades inerentes a uma posição epistemológica coerentista ou relativista na ciência.

IV CONCLUSÃO

Com relação às implicações epistemológicas da discussão proximal x distal acreditamos que, caso aceitássemos a tese da harmonia pré-estabelecida de Quine, uma tese com um alto teor *inatista*, teríamos uma solução apenas parcial para o problema da incomensurabilidade de teorias. Segundo a tese da harmonia pré-estabelecida, as sentenças de observação poderiam se ligar diretamente ao seu estímulo proximal global, que seria, por sua vez, neutro teoricamente, porque “cego” para a sua referência. Essa ligação, portanto, poderia explicar como cada cientista testa as suas hipóteses teóricas privadas, ou seja, o caráter epistemológico individual da relação entre “sentenças de observação” e “correlato empírico”. O caráter social e intersubjetivo, no entanto, parece continuar dependendo de uma explicação que envolva pressupostos teóricos.

Com efeito, temos de concordar com Davidson, como o próprio Quine também o faz, que a noção de “*similaridade perceptual*”, adotada para explicar o caráter intersubjetivo das sentenças de observação, já seria contaminada teoricamente. Assim, a principal responsável pelo estabelecimento de uma relação de similaridade entre estímulos globais receptivamente diferentes por parte dos falantes seria essa *reação* inata ou apreendida, já comprometida com alguma teoria.

Em resumo, poderíamos dizer que a concordância de dois falantes quaisquer, ou mesmo a identificação de um estímulo global como parte de uma classe de estímulos globais similares, seria ainda sobre as questões de fato distais (as similaridades perceptuais, já interpretadas teoricamente) e não sobre as suas estimulações globais neutras. Assim Davidson acaba por ter razão no sentido de que não teríamos nas sentenças de observação, ao nível intersubjetivo, um conteúdo empírico neutro através do qual comparar teorias/línguas.

Abstract: In this paper I intend to investigate a central point concerning a famous disagreement between Quine and Davidson, the dispute known in

the philosophical literature as “the proximal x distal matter”. Shortly, while Quine adopts a proximal view, one according to which we should find the empirical content of the observational sentences in the speaker’s neural endings, Davidson would rather takes a distal location for this content, thus presupposing the existence of objects in the world. This discussion is most relevant to the debate around the “third dogma of empiricism”, proposed by Davidson and refused by Quine, as well as to the understanding of Quine’s semantical view as a whole.

Key-words: Quine, Davidson, observation sentences.

NOTAS

- 1 Expressão cunhada por PUTNAM (Cf. 1986, p. 406).
- 2 Føllesdal, palestra apresentada no *IV Simpósio Internacional Principia*.
- 3 Segundo Quine, poderíamos considerar uma sentença analiticamente, ou seja, do ponto de vista de uma análise semântica predicativa, ou poderíamos considerá-la do ponto de vista da lógica proposicional. No último caso, a sentença seria aprendida por ostensão e, portanto, deveria ser considerada como uma unidade (não analisada em partes) associada a uma certa situação de proferimento.
- 4 Com efeito, acreditamos que a melhor solução para Quine seria explorar uma outra noção, tardia em sua obra – a noção de “categóricos de observação”, uma solução alternativa que, caso conjugada a uma posição externalista em semântica e epistemologia, poderia ser mais bem sucedida (Cf. VELLOSO, 2004).
- 5 Não vamos entrar aqui no problema de como e com quais justificativas Quine traduz as noções de assentimento e dissentimento. Uma discussão desse assunto envolveria uma digressão significativa em relação ao tema central desse artigo. Consideraremos, portanto, juntamente com Quine, que a tradução do “sim” e do “não” seja uma hipótese inicial de trabalho.

- 6 Tradução da expressão “*prompting stimulation*”. Tudo que, juntamente com o proferimento da sentença, levar o nativo a assentir ou dissentir.
- 7 A discussão toda se refere, é claro, ao famoso exemplo de significado estimulativo dado por Quine: o proferimento nativo “Gavagai!” significando algo como “Ali, coelhos!”. O exemplo dado por Davidson é mencionado por Quine no §9 de *W&O*. Davidson sugere que alguns nativos assintam para a presença de coelho, mesmo com uma estimulação curta demais para que o animal fosse reconhecido. Isso se deveria ao fato de que eles estariam vendo uma certa mosca que sempre acompanharia os coelhos e que seria suficiente para garantir a presença dos mesmos.
- 8 Um critério que remete ao grau de constância de respostas em uma certa comunidade de falantes.
- 9 Quine afirma que havia pressuposto ao menos uma homologia intersubjetiva aproximada dos neurorreceptores no *W&O*, em 1960 (Cf. QUINE, 1993, p. 74).

REFERÊNCIAS

BERGSTRÖM, Lars. Quine on under determination. In: BARRETT, Robert B.; GIBSON, Roger F. (orgs.). **Perspectives on Quine**. Cambridge, Massachusetts: Basil Blackwell, 1990. p. 38-54.

DAVIDSON, Donald. On the very idea of a conceptual scheme. In: _____. **Inquiries into truth and interpretation**. New York: Oxford University Press, 1984. p. 183-98. (artigo publicado pela primeira vez em 1974)

CARNAP, Rudolf. Meaning and synonymy in natural languages. In: _____. **Meaning and necessity: a study in semantics and modal logic**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956. p. 233-247.

HINTIKKA, Jaakko. **Time and necessity studies in Aristotle's theory of modality**. London: Oxford University Press, 1975.

PUTNAM, Hilary. Meaning holism. In: SCHILPP, Paul Arthur; HAHN, Lewis Edwin. **The philosophy of W. V. Quine**. Illinois: Open Court, 1986. p. 405-426.

QUINE, W. V. O. Translation and meaning. In: _____. **Word and object**. Massachusetts: MIT Press, 1960. p. 26-79.

_____. Propositional objects. In: _____. **Ontological relativity and other essays**. New York: Columbia University, 1969. p. 137-160.

_____. **The roots of reference**. Illinois: Open Court, 1974.

_____. On empirically equivalent systems of the world. *Erkenntnis*, v. 9, p.313-328. 1975.

_____. On the very idea of a third dogma. In: _____. **Theories and things**. Cambridge: Harvard University Press, 1981. p. 38-42.

_____. Reply to Hilary Putnam. In: SCHILPP, Paul Arthur; HAHN, Lewis Edwin. **The philosophy of W. V. Quine**. Illinois: Open Court, 1986. p. 427-431.

_____. **Pursuit of truth**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

_____. Where do we disagree? In: SCHILPP, Paul Arthur; HAHN, Lewis Edwin. **The philosophy of Donald Davidson**. Illinois: Open Court, 1999. p. 73-86.

_____. In praise of observational sentences. *The Journal of Philosophy*, v. XC, n 3, p. 107-116, março, 1993.

_____. **From stimulus to science**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

VELLOSO, Araceli. **O holismo "moderado" de W. V. O. Quine: um novo verificacionismo "Sem Dogmas"**. 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 228p.